

Orçamento monetário de 85 depende de definições na área dos subsídios

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

As autoridades financeiras do governo federal aguardam a definição de alguns pontos fundamentais para dar o arremate final ao orçamento monetário referente ao ano fiscal de 1985. Um deles, por exemplo, é o cálculo final sob responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) sobre quanto representará efetivamente o subsídio embutido na comercialização do produto, a partir da decisão da semana passada, pela qual os preços de aquisição ao produtor de açúcar, cana-de-açúcar e álcool foram majorados em 40%.

Com base nesta informação, o Ministério da Fazenda terá condições de programar para este ano o esquema de redução do subsídio que recai sobre o produto, em conversas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Do mesmo modo, aguarda-se um entendimento sobre o sistema de eliminação do subsídio sobre a comercialização do trigo, para constar do texto da oitava carta de intenções que vai orientar o programa de ajuste interno dentro do acordo "stand-by".

SUBSÍDIOS DO AÇÚCAR E DO TRIGO

Ambos os acertos são importantes para a confecção do orçamento monetário, devido ao impacto que as despesas com subsídio de açúcar e de trigo têm na "conta movimento" que transita pelos orçamentos das autoridades monetárias (Banco Central e Banco do Brasil). A programação da política monetária, montada informalmente no final do ano passado para servir de referência durante este ano, previa gastos com subsídios da ordem de Cr\$ 704 bilhões com a comercialização do trigo e de Cr\$ 2,238 trilhões com a conta açúcar.

Um outro item do orçamento que precisa ser mais bem dimensionado é o impacto sobre a conta do GB-588 (ou aviso MF-30 ou aviso MF-09) do programa de cortes de despesas que está sendo elaborado pela Secretaria de Controle das Estatais (Sest). A intenção do governo é permitir que as empresas públicas pos-

sam desviar parte dos recursos apurados em caixa, com a redução dos dispêndios, para pagamento das dívidas que estão em fase de vencimento por conta do aviso GB-588. Pelo sistema do GB-588, o Banco do Brasil efetua os pagamentos dos compromissos provenientes de empréstimos externos tomados pelas estatais lá fora e debita diretamente à conta de suprimento do Tesouro Nacional. Este é também um outro item que transita pelos orçamentos das autoridades monetárias.

Estas definições, no entanto, serão tomadas a partir da meta já estabelecida pelo Ministério da Fazenda de montar um orçamento que aponte para a expansão de 150% no final deste ano, tanto para a base monetária quanto para os meios de pagamento. Portanto, conforme lembrou ontem a este jornal categorizada fonte do governo, itens com peso representativo do lado das despesas governamentais, como é o caso do desembolso para crédito de custeio — cujo pico se verifica em setembro —, terão de se amoldar ao perfil que vier a ser delineado para o orçamento monetário. Assim, a definição dos VBC (valores básicos de custeio) terá de trabalhar a partir dos números que constarem na previsão de aplicações para a rubrica, dentro do orçamento do Banco do Brasil.

ORÇAMENTO COM VÁRIAS HIPÓTESES

Várias hipóteses, na verdade, chegaram a ser elaboradas para a confecção do orçamento do Banco do Brasil deste ano. O intervalo considerado como mais viável de ser aceito em termos de percentual de expansão do saldo vai de 180 a 200% na ponta do final de dezembro. De qualquer modo, a margem oferece um certo espaço para as aplicações do banco, já que, até o final de maio deste ano, o orçamento cresceu apenas 28,7%, dos quais o grosso se concentrou nas operações de EGF (aumento de 300%) e de AGF (elevação que passou dos 1.000% em função da reduzida base no ano passado). As aplicações no âmbito do Finex cresceram 56% até o final de maio.